

EDUCAÇÃO SEXUAL, CURRÍCULO, LICENCIATURA EM PEDAGOGIA: O QUE REVELAM AS PESQUISAS SOBRE ESSA TRÍADE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA BOURDIEUSIANA?

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-141>

Data de submissão: 12/01/2025

Data de publicação: 12/02/2025

Gabrielle Marion Onofre Rente Ferreira

Mestranda em Educação Escolar
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
<https://orcid.org/0009-0001-0735-208X>
gabrielle.marion@unesp.br
<http://lattes.cnpq.br/9843116573128598>

Luci Regina Muzzetti

Professora Associada
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
<https://orcid.org/0000-0002-6808-2490>
luci.muzzetti@unesp.br
<http://lattes.cnpq.br/5851335209487224>

Marcia Regina Onofre

Professora Associada
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
<https://orcid.org/0000-0002-5467-185X>
marciaonofre@ufscar.br
<http://lattes.cnpq.br/7176529351192598>

Andreza Olivier Lopes Carmignolli

Doutora em Educação Escolar
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
<https://orcid.org/0000-0001-5593-9793>
andreza.o.carmignolli@unesp.br
<http://lattes.cnpq.br/8318581202697752>

Daniela Aparecida Peccin

Doutoranda em Educação Escolar
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
<https://orcid.org/0000-0002-6532-0684>
daniela.peccin@unesp.br
<http://lattes.cnpq.br/7865556533796357>

Jhennyfer Marques Gomes Mendes

Doutoranda em Educação Escolar
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
<https://orcid.org/0000-0002-2947-597X>
jhennyfer.marques@unesp.br
<http://lattes.cnpq.br/2306727382176226>

Lais Ines Sanseverinato Micheleti
Doutoranda em Educação Escolar
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
<https://orcid.org/0000-0002-2748-3407>
lais.ines@unesp.br
<http://lattes.cnpq.br/2226359799044734>

Maria Fernanda Celli de Oliveira
Doutora em Educação Escolar
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
<https://orcid.org/0000-0001-6358-7986>
maria.c.oliveira@unesp.br
<http://lattes.cnpq.br/1421743266927877>

RESUMO

Esse estudo objetivou explorar e analisar a produção acadêmica sobre a temática da educação sexual no currículo dos cursos de licenciatura em Pedagogia a partir de uma perspectiva bourdieusiana. Os procedimentos da análise se pautaram numa pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório-descritivo desenvolvida em 2024, a partir de um levantamento bibliográfico realizado em duas bases de dados – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES – visando o mapeamento das produções acadêmicas publicadas nos últimos 34 anos. A análise dos estudos revela a ausência e, portanto, a necessidade do enfoque da temática da educação sexual nos cursos de formação inicial de licenciandos em Pedagogia visando a construção de conhecimentos fundamentais sobre o tema, buscando superar as amarras sociais encontradas nos contextos escolares.

Palavras-chave: Licenciatura em Pedagogia. Currículo. Educação Sexual. Pierre Bourdieu.

1 INTRODUÇÃO

O currículo é um conceito central no campo da educação e da formação de professores, pois refere-se a um projeto seletivo de cultura que reflete os valores que embasam o processo de ensino-aprendizagem atrelados a condicionantes extraescolares (GIMENO, 1994). Seus preceitos expressam as vontades e intenções do Estado, aliadas com a educação para que, desta forma, se torne uma definição e controle estatal do que se deve ser ensinado a nível nacional (SOUZA *et al.* 2019, p. 236).

A nível de ensino superior, o currículo também imprime tais interesses, elencando conteúdos e abordagens teóricas que são mais pertinentes para atingir os objetivos daquele determinado momento histórico, sejam elas em esferas federais, estaduais, municipais ou particulares.

Devido ao seu caráter processual, o currículo é regido pelas mudanças históricas, políticas, econômicas e sociais que interferem na formulação de suas propostas e no desenvolvimento de suas ações, a partir da imposição de atualizações obrigatórias às escolas e aos professores (SOUZA ET AL., 2019)

Tais atualizações levam tempo e investimento para serem oficializadas no cotidiano escolar, gerando, na maioria das vezes, uma dualidade conflituosa entre o tradicionalismo e a inovação, apontados por Lorenzi (2017), como entraves para a construção de ações efetivas no campo profissional. Segundo a autora, para além da obrigatoriedade dessas mudanças, é necessário que sejam disponibilizadas ferramentas e investimentos aos professores, para que eles possam elaborar o que lhes foi proposto de forma coerente e organizada, primando pelo tempo e pela formação dos envolvidos na efetivação das propostas.

Sendo assim, pode-se compreender que as ferramentas e os investimentos são determinantes para o sucesso ou o fracasso de um currículo. Dentro deste sistema de disputas políticas, a escola e o currículo se tornam instrumentos de produção e reprodução de desigualdades sociais, segundo Bourdieu (1998). Tais mecanismos são acentuados a partir da produção de um currículo que seleciona os conteúdos a serem desenvolvidos, vez que não são pensados na realidade dos alunos, intensificando as lacunas de diferentes frações sociais. Ou seja, escolas que possuem um capital econômico elevado, dispõe de facilizações para se atingir o objetivo proposto.

Segundo Pierre Bourdieu (1983), a escola pode ser compreendida como um campo de lutas, onde diferentes agentes disputam posições e recursos. Nesse campo, as relações de poder são estruturadas por um sistema de legitimações que favorece determinados grupos sociais. O *habitus*, ou seja, o sistema de disposições duradouras que os indivíduos incorporam, influencia a forma como eles se inserem e atuam nesse campo. Assim, a escola não é apenas um espaço de transmissão de

conhecimentos, mas também um local onde as desigualdades sociais são reproduzidas. Ao valorizar determinados tipos de capital cultural, a escola contribui para a manutenção das hierarquias sociais.

Mas sabemos que em qualquer campo descobriremos uma luta, cujas formas específicas terão de ser investigadas em cada caso, entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência. (BOURDIEU, 1983, p.119-120)

Tendo em vista que esse sistema de legitimações é construído historicamente, visando o interesse das pessoas no poder – como elaborado previamente. Os conteúdos que são selecionados como relevantes também estão intrinsecamente ligados com tais validações. Assim ocorre com o ensino de educação sexual nas escolas.

A seleção de conteúdo para integrar o currículo depende da relevância do tema para a manutenção dos interesses do estado na formação de cidadãos participativos. As discussões acerca da temática se iniciaram no Brasil por volta da década de 1960, marcado pelo alcance e influência da chegada do movimento feminista ao país, associado pelo início da comercialização da pílula anticoncepcional. As discussões foram breves e freadas pela chegada do Golpe Militar de 1964.

A retomada das discussões acontece no período de redemocratização, especialmente através da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e, principalmente, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, volume 10, de 2000, o livro tem como título “Pluralidade cultural e orientação sexual: Temas transversais”. Porém, os avanços foram limitados a partir dos anos de 2010, com o crescimento do movimento conservador e da bancada evangélica no Brasil. Tais grupos não mediram forças para abominar o ensino de educação sexual nas escolas. Em 2015, com a homologação da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual estabelece – até o momento – as diretrizes para o ensino de todo o país, foram incluídas questões de gênero e orientação sexual desde sua primeira versão. Entretanto, as pressões sociais exercidas por tais grupos conservadores culminaram na retirada de diversos termos que foram considerados “sensíveis” referentes ao ensino de educação sexual. As iniciativas contrárias dificultaram a abordagem do assunto nos currículos, vez que a temática ainda é tratada como tabu, segundo Ribeiro (2013) “a sexualidade é reprimida e não aceita, o que nos leva a inferir que, para estes setores contrários à educação sexual, ao negar a sexualidade é como se ela pudesse ser afastada dos contextos escolares” (p.11).

De acordo com Benites (2006), a falta de diálogo apenas acentua o afastamento entre professor-aluno, vez que, situações pertinentes a sexualidade estão presentes no cotidiano dos alunos – quer eles queiram ou não.

Assim, em termos de relevância social, partimos do princípio de que a educação sexual constitui um espaço importante para a efetivação de propostas concretas de ação em que se combata a discriminação, o preconceito e a violência sexual, tanto a simbólica quanto a real, e que, é essencial a inserção de questões de diversidade e gênero na formação de professores em educação sexual (RIBEIRO, 2013, p.11)

Desta forma, a necessidade emergencial do enfoque sobre a temática nos currículos escolares, reforçam também a prioridade da discussão nos currículos dos cursos de Licenciatura visando uma formação qualificada para o futuro professor.

Neste sentido, partimos em defesa da relevância da abordagem sobre a educação sexual nos cursos de formação inicial, com recorte para a formação do pedagogo, com um olhar para a produção acadêmica e o que ela nos revela em relação a essa temática nos últimos trinta anos.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos da análise se pautaram numa pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório-descritivo (SELLTIZ et al, 1965), desenvolvida em 2024, a partir de um levantamento bibliográfico (ROMANOWSKI E ENS, 2006) realizado em duas bases de dados - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES – visando o mapeamento das produções acadêmicas publicadas nos últimos 30 anos.

Para o levantamento dos dados na BD TD, ocorreu o processo de busca do qual foram realizados 6 procedimentos contemplando a indicação dos seguintes descritores: 1) “Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Pierre Bourdieu”; 2) “Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Currículo”; 3) “Licenciatura em Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Currículo”. O processo envolveu a alteração dos descritores e o crivo de busca, visando encontrar os trabalhos que pudessem ser relevantes para a pesquisa.

Na tabela a seguir, seguem os descritores e os crivos selecionados, juntamente com os resultados de cada busca:

Levantamento de pesquisas na BD TD

Busca	Descritores	Crivo	Resultados	Encaminhamento
1	“Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Pierre Bourdieu”	“Todos os campos”	48	Análise
2	“Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Pierre Bourdieu”	“Título”	0	Descarte
3	“Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Currículo”	“Todos os campos”	358	Descarte por excesso de resultados
4	“Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Currículo”	“Título”	2	Análise

5	“Licenciatura em Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Currículo”	“Todos os campos”	56	Análise
6	“Licenciatura em Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Currículo”	“Título”	0	Descarte

Fonte: autoria própria, 2024.

Durante este processo, foram levantados 106 trabalhos, dos quais foram inseridos em uma planilha do Excel para uma futura análise aprofundada.

O mesmo processo foi repetido no Catálogo da CAPES, os resultados encontrados estão na tabela a seguir:

Levantamento de Pesquisas no Catálogo da CAPES

Busca	Descritores	Refinamento	Resultados	Encaminhamento
1	“Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Pierre Bourdieu”	Sem refinamento	0	Descarte
2	“Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Currículo”	Nome Programa: Educação	45	Análise
3	“Licenciatura em Pedagogia”; “Educação Sexual”; “Currículo”	Sem refinamento	5	Análise

Fonte: autoria própria, 2024.

No catálogo da CAPES, foram encontradas 50 teses e dissertações que tangessem o tema proposto. Todos os trabalhos encontrados foram colocados na mesma planilha Excel anterior, para que a análise pudesse ser feita em conjunto.

Para essa planilha, foram exportados, manualmente, as 156 entradas encontradas, das quais continham: o nome dos autores (A), o ano de publicação (B), o título da tese ou dissertação (C), o estado (D), a universidade (E) e o setor (F) – público ou privado – dos quais esses trabalhos são oriundos.

Após a organização da planilha, os resultados obtidos foram filtrados, a fim de verificar se havia resultados duplicados. Selecionamos a coluna “C” onde os títulos estavam descritos e, no menu “formatar>formatação condicional”, dentro do intervalo C1:C, foi estabelecida uma “nova regra” para “formatar apenas valores exclusivos ou duplicados”, selecionamos “formatar tudo: ‘valores duplicados’ no intervalo selecionado”, para auxiliar na visualização das duplicações, entramos em “visualização>formatar...>preenchimento> cor do plano de fundo > avermelhado”, desta forma, todos os títulos que aparecessem duas vezes (ou mais) estariam destacados em vermelho.

Foram encontrados 7 títulos duplicados. A partir desses títulos, foi feito um novo processo para limpá-los: “Dados > filtro > avançado > intervalo ‘C’ > somente registros exclusivos > limpar”.

Os dados resultantes foram alocados para uma segunda aba na planilha, excluindo os trabalhos duplicados.

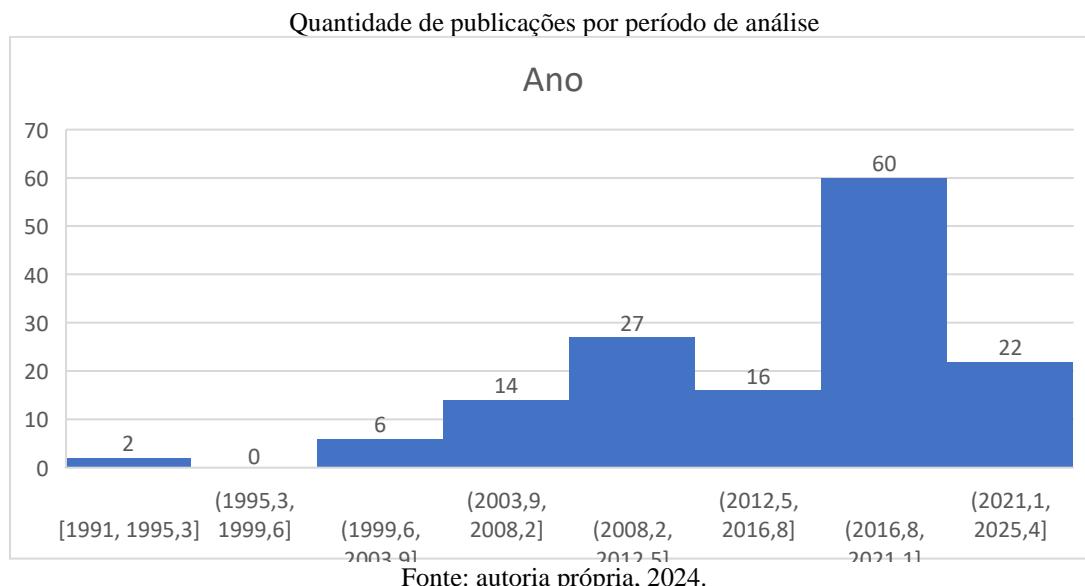
Dos 149 títulos, a partir de um rápido reconhecimento, foi notado mais um título que estava duplicado, sendo removido manualmente. Com isso, 147 teses e dissertações foram selecionadas para o próximo passo das análises. Um dos trabalhos resultantes da pesquisa veio como: “título não disponível”, não trazendo informações do autor nem do ano de publicação, e por esse motivo ele foi excluído da análise. Porém, ainda presente na planilha, demarcado com um tom azulado para fácil identificação.

3 RESULTADOS

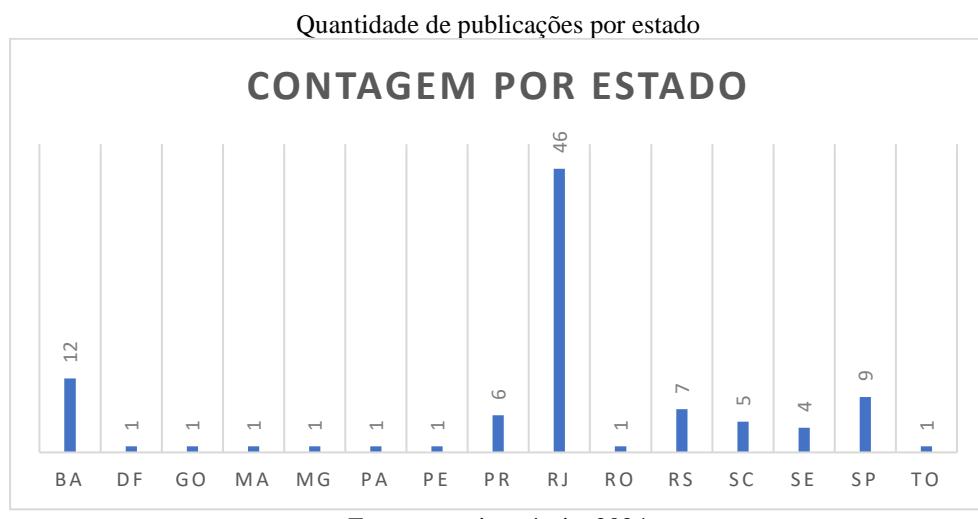
Para um aprofundamento nos dados, é necessário analisar o espaço e o tempo em que estes trabalhos estão inseridos. A respeito dos anos de publicação, estão presentes trabalhos que datam desde 1991 até 2024. Na década de 1990, momento em que o assunto começava a ser abordado, houve poucas publicações que enfocavam o assunto. A partir dos anos 2000 percebe-se um considerável aumento no número das pesquisas.

É importante destacar que nesse período, as pesquisas sobre a Sexualidade e Educação Sexual avançaram muito, tanto quantitativa, quanto qualitativamente, dado o processo de expansão da pós-graduação no país, tendo agregado a este movimento dados fundamentais relativos aos avanços promovidos. (MALAGI, 2023, p. 8-9)

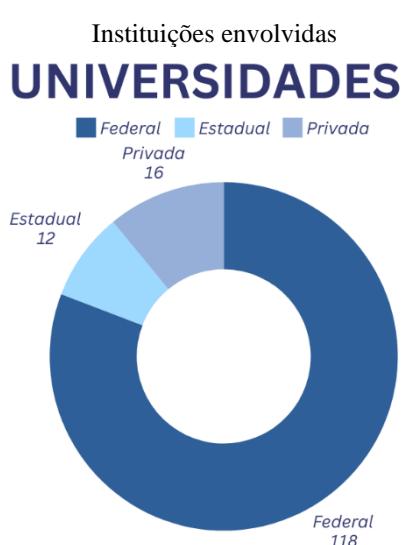
Nos anos entre 2016-2021, foi o período com maior incidência de resultados. Segundo Malagi (2023), os discursos antissociais e conservadores que questionavam o ensino de educação sexual nas escolas foram um dos fatores que contribuíram para o aumento do interesse a respeito do tema.



Sobre o espaço de produção dessas pesquisas, destaca-se a impressionante incidência do Rio de Janeiro nas publicações. A universidade responsável por essa marca é a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, os trabalhos são das mais diversas áreas: humanas, biológicas, exatas; com grandes contribuições do Instituto de Educação, de Agronomia e de Ciências Humanas e Sociais, principalmente.



Quanto às Instituições envolvidas (Gráfico 3) na produção das pesquisas, é possível observar as Universidades Federais com maior incidência sobre o tema levantado, enquanto Universidades Privadas e Estaduais aparecem com uma incidência similar.



Fonte: autoria própria, 2024

A partir da seleção dos 147 trabalhos, foram analisados os títulos dos trabalhos restantes, para que pudéssemos selecionar os mais pertinentes ao tema investigado. Foram selecionados 25 trabalhos, dentre teses e dissertações, para a leitura dos resumos.

A percepção, a partir da análise dos títulos, é que gênero e sexualidade emergem como os temas mais recorrentes em títulos relacionados à educação sexual, tanto no contexto escolar quanto na formação docente. Portanto, foi considerado importante a leitura de tais resumos, para uma maior percepção do que estava sendo abordado. Majoritariamente, o aprofundamento nos temas "sexualidade e gênero" são tratados de maneira transversal, tecendo críticas a heteronormatividade e ao binarismo presente nos currículos de escolas e universidades, preocupados com a produção e reprodução "inadequada" dos conceitos propostos, na formação de crianças e adolescentes. As universidades, por sua vez, adotam a mesma teoria tradicional ao elaborarem a grade curricular de professores em formação. A crítica, por mais que pertinente, não se encaixa com estamos buscando no que tange a temática "educação sexual".

Conforme fomos afunilando as buscas, resultamos em 6 teses e dissertações que abrangessem o tema aqui discutido, sendo elas: Benites (2006); Brasil (2009); Costa (2012); Lorenzi (2017); Malagi (2020) e Martin (2010). Coincidentemente, são produções de 6 autoras. As pesquisas compartilham os entraves encontrados, ora na Universidade, ora na escola, para a inserção da educação sexual no currículo. Alguns trabalhos foram produzidos em épocas menos nebulosas, como os anos 2000, momento em que o debate estava em seu auge. Posteriormente, com o surgimento gradativo de conservadores, as pesquisas assumem um teor de luta, reivindicando a volta das conquistas de outrora.

4 DISCUSSÃO

Brasil (2008) tece uma dissertação abordando a luta por uma educação sexual emancipatória, ou seja, a intencionalidade no ensino-aprendizado da temática, através da formação continuada de professores, vez que, esses saiam das universidades com lacunas de como trabalhar o tema com seus alunos.

Benites (2006), por sua vez, concorda com essa afirmação, pois, a formação inicial precária dos professores acarretaria o distanciamento entre professor-aluno. A autora também constatou que a aprendizagem sobre sexualidade ocorria de modo informal, no convívio social dos indivíduos, desta forma, relacionando essa forma de aprendizado ao *habitus* de Pierre Bourdieu, pois, a transmissão desse conhecimento corriqueiramente acarretava à família – direta ou indiretamente – sendo assim, tanto professores quanto alunos, construíam seus saberes a partir de uma educação informal, repleta

de valores de julgamentos, tradicionalismos e falta de informações necessárias para desenvolver plenamente o cidadão.

Martin (2010), assim como Brasil (2008), constata o abismo deixado pelas universidades e exalta a necessidade de uma formação continuada aos professores. A autora argumenta que o ensino de educação sexual é um campo complexo e dinâmico, moldado pelas forças políticas, ideológicas e econômicas de cada época.

A partir de uma visão voltada para a escola, Costa (2012) investiga quais os fatores que comprometem o envolvimento das escolas públicas de educação básica quando o assunto é educação sexual, a autora descreve o cenário que encontrou:

[cenário] de pouco comprometimento e adesão à temática da ES (Educação Sexual), que foram os nossos indicadores desfavoráveis de conservadorismo, tradicionalismo, falta de afinidade, restrição ao tema, entre outros (COSTA, 2012, p. 173).

Portanto, o conservadorismo e o tradicionalismos apresentam, evidentemente, as maiores barreiras para a materialização de uma educação sexual que seja, verdadeiramente, emancipatória.

Como solução, Lorenzi (2017) propõe uma formação de professores que instigue o pensamento crítico frente às informações fornecidas, para que, desta forma, possa ser deixada de lado a visão estritamente biológica do ensino de educação sexual – uma visão limitante que acarreta a propagação de ideais deterministas – podendo assim, levar em consideração a complexidade das realidades humanas.

Para finalizar, com base nas legislações que tangem o ensino de Educação Sexual nas escolas e nas Universidades, Malagi (2020) constata que 45% dos cursos (analisados pela autora) não apresentam propostas curriculares para a formação de educação sexual, bem como ausência dos termos “sexo, sexualidade e suas abordagens” nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), desta forma, tecendo uma crítica aos cursos de Licenciatura em Pedagogia por não estarem preparando os futuros educadores de forma adequada para abordar a educação sexual nas escolas. A autora conclui:

Neste breve panorama de estudos que problematizam o currículo da formação inicial do/a pedagogo/a no que tange à Sexualidade e Educação Sexual, fica evidente, além de outros recortes, a necessidade de novos estudos que possam produzir e explicitar dados sobre como a Sexualidade e a Educação Sexual é concebida, estudada e orientada pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Públcas Federais Brasileiras, especialmente se considerarmos o currículo como algo vivo, que está em constante processo de construção dos sujeitos e fomentado pelas políticas educacionais (MALAGI, 2020, p.28).

5 CONCLUSÃO

A análise dos estudos revela que o debate sobre a inclusão da educação sexual no currículo escolar brasileiro tomou impulso com a possibilidade de sua inserção, prevista na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular. A partir desse marco legal, pesquisadores da pós-graduação dedicaram-se a aprofundar a discussão e a propor diferentes abordagens para o tema. No entanto, esses debates não avançaram nos currículos das escolas e dos cursos de formação de professores.

Conforme a abordagem sociológica de Pierre Bourdieu (1983), a inclusão da educação sexual nos currículos de Pedagogia contribui para a formação do *habitus* docente, dotando futuros educadores de ferramentas para abordar essa temática de forma crítica e equitativa. Assim, a formação inicial deve ser integral, abrangendo todos os aspectos necessários para uma atuação profissional qualificada.

Neste sentido, respaldados nas pesquisas analisadas, destacamos: a necessidade da inclusão do tema educação sexual nas escolas, pois, com o objetivo de formar cidadãos plenamente capazes, diminuir as desigualdades sociais (Bourdieu, 1983) e educar indivíduos críticos, é fundamental que a educação seja plena, contemplando todas as áreas fundamentais do desenvolvimento, sendo a sexualidade uma delas; a importância da construção de conhecimentos fundamentais sobre o tema, nos cursos de formação inicial de licenciandos em Pedagogia por meio de uma reflexão crítica e transformadora, buscando superar as amarras sociais encontradas nos contextos escolares; e, por fim, a compreensão de que, as lacunas hoje existentes no que se refere ao ensino de educação sexual nas escolas e Universidades, existe por um movimento político, histórico e conservador, que oferece resistência a abordagem dessa temática no campo.

É perceptível que a temática da educação sexual enfrenta, historicamente, um boicote causado por negacionistas que acreditam que não abordar o assunto é uma forma de fazê-lo desaparecer. Porém, as pesquisas mostram o contrário, que essa temática está presente no cotidiano dos alunos e professores e que, é necessário rever os currículos tanto dos cursos de Licenciatura, quanto das escolas da educação básica promovendo a conscientização e a transformação de posturas e mentalidades no que tange as questões relacionadas a prevenção da saúde pública, a intolerância de gênero e a proteção contra as diversas formas de violência sexual.

O caminho para se chegar ao ideal emancipatório ao qual pretendemos, é a participação política que vise à reestruturação curricular das universidades, nos cursos de Licenciatura, especificamente, na graduação em Licenciatura em Pedagogia, de maneira integrada às necessidades da Educação Básica e não determinada pela ideologia capitalista e repressora (LORENZI, 2017, p.185)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Agradecemos às professoras Dras. Luci Regina Muzzeti, do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da UNESP e Marcia Regina Onofre, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, pela orientação e incentivo durante a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BENITES, M. J. O. EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO A PARTIR DE CONCEPÇÕES DISCENTE. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau FURB. Blumenau/SC. 2006.
- BOURDIEU, P. Escritos de Educação. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- BRASIL, C. S. D. Educação Sexual emancipatória no currículo de um curso de Pedagogia: um estudo dos níveis de reflexão à prática pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação). UDESC. Florianópolis/SC. 2009.
- COSTA, P. C. F. Os patamares de adesão das escolas à educação sexual. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo USP. São Paulo/SP. 2012.
- LORENZI, F. A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FORMAÇÃO DO/A PEDAGOGO/A NO ESTADO DO PARANÁ. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE. Francisco Beltrão/PR. 2017
- MALAGI, A. A formação do/a pedagogo/a para a educação sexual escolar. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Da Fronteira Sul Campus Chapecó. Chapecó/SC. 2020.
- MALAGI, A.; SLONGO, I. I. P. ITINERÁRIOS DA (DES)OFICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS: uma perspectiva histórica. Revista Espaço do Currículo, v. 16, n. 2, p. 1-14, 2023.ISSN1983-1579.
- MARTIN, S. A. F. EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFESSORES. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista UNESP. Presidente Prudente/SP. 2010.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.
- SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. M. Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo: Herder: EDUSP, 1965.
- STEIN, R. F.; FIORIO, M.; ONOFRE, M. R.; SOUZA NETO, S. Pasantías supervisadas en pedagogía y profesionalización de la enseñanza: ¿Qué apuntan las búsquedas sobre esa correlación? Revista Paradigma, Vol. XLIV, Nro. 1, Enero de 2023, 225 – 247.